

DE UM VAZIO URBANO

Roberto Segre, Gilson Dimenstein Koatz

Resumo

O morro e a esplanada de Santo Antônio constituem um dos espaços mais contraditórios do centro do Rio de Janeiro. Valorizado o morro durante vários séculos, identificado com a natureza, a sua personalidade foi evidenciada na cidade por três elementos arquitetônicos: o Convento de Santo Antônio e a Igreja da Ordem Terceira da Penitência, o aqueduto dos Arcos da Lapa e o Chafariz do Largo da Carioca. Seus principais limites físicos se definiram desde o século XVIII: o Largo da Carioca, a Rua da Carioca, a Rua do Lavradio e a Rua Evaristo da Veiga, com o grande Quartel da Polícia. Ao longo da sua história, sobrados e edifícios públicos se alojaram sobre o morro e em suas bordas de forma desordenada. Uma vez desmontado o morro, em 1959, esta irregularidade externa se repetiu no interior da Esplanada, ocupada aleatoriamente por edifícios públicos sem conexões espaciais e formais. A partir dos anos sessenta, foram localizados nesta área a Catedral Metropolitana, as sedes da Petrobrás, do BNDES, do BNH. Nos anos oitenta, as desagregadas edificações na Rua do Lavradio, como o CIEP; nos anos noventa, a torre Metropolitan e as recentes Ventura Towers. O objetivo deste trabalho é evidenciar a persistente crise – externa e interna – de um dos principais espaços da centralidade carioca, pouco reconhecido até agora; no momento em que diferentes propostas urbanísticas estão renovando a imagem do Rio de Janeiro como as transformações que acontecerão na área portuária, sem considerar a Esplanada de Santo Antônio.

1 - A persistência da natureza

As primeiras notícias que se têm da lagoa e do morro de Santo Antônio datam de poucas décadas após a instalação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Segundo Fazenda (v.2, 2011, p.280), curtidores já utilizavam as águas da lagoa para a lavagem de couros, onde índios também se banhavam. A lagoa era formada pelo acúmulo das águas das chuvas que desciam das encostas de dois morros que a limitavam. À beira da lagoa, e ao pé do morro, situava-se a Ermida de Santa Luzia, a primeira construção daquela área, cedida por Salvador Corrêa de Sá aos franciscanos, em 1592. (Fazenda, v.2, 2011, p.281-284).

Devido às condições estabelecidas pelas normas dos franciscanos que não podiam ter propriedades ou lucrarem com elas, o morro ficou desocupado na sua extensão já que as construções do Convento de Santo Antônio e a Igreja da Ordem Terceira da Penitência se estendiam somente em um canto dele. Os franciscanos lançaram a pedra fundamental do Convento de Santo Antônio em 1608 e, já em 1615, os frades se mudaram para o convento em construção. Dois anos mais tarde a obra ficaria pronta. Era uma edificação simples, com dois pavimentos. No século seguinte, o convento cedeu parte de

suas terras à Ordem Terceira de São Francisco da Penitência para a construção do seu hospital (Gerson, 1965, p.152). Em 1750 o convento foi reformado, acrescentando-se um novo pavimento e alojamentos situados atrás do prédio principal.

Tampouco o governo, que era proprietário do morro (Fazenda, 2011, p.347), se interessou pela sua ocupação, mais preocupado com a sua extinção do espaço da cidade. No século XX, foi parcialmente ocupado por favelas, algumas construções militares, e o observatório astronômico da Escola Politécnica. Manteve-se como um elemento natural importante na paisagem da cidade, ao contrário do Morro do Castelo que teve edificações significativas. No seu *skyline* eram identificados igrejas, convento e instalações militares. A natureza aparece nas representações de pintores e gravadores que o descreveram nos séculos XVIII e XIX. O Morro de Santo Antônio foi palco de passeios e de visões românticas da cidade, como se manifesta nos panoramas de Vítor Meirelles, e no cartão de Le Corbusier quando o visitou com Josephine Baker. Pode-se afirmar que, até a sua derrubada, foi um elemento natural cuja presença era assimilada no imaginário urbano do Rio de Janeiro. Os pintores da época ressaltavam a natureza virgem do morro e, ao contrário, nas fotos que se difundiram no século XX, a ênfase esteve voltada para a presença da favela e as obras concretizadas para “consertar” o morro: por exemplo, as barragens e as esplanadas no seu topo, para controlar o acúmulo da água das chuvas.

2 - O imaginário arquitetônico do morro

Até o século XX, a imagem do morro esteve associada a três elementos icônicos que sempre aparecem nas representações gráficas e pictóricas: o aqueduto, o convento e o chafariz. Assim se define a “funcionalidade” do morro, como centro religioso e como centro social, ao constituir o sítio privilegiado do abastecimento de água da cidade. Estes elementos ressaltam na paisagem: o aqueduto como uma estrutura linear que articula o relacionamento entre os morros de Santa Tereza e de Santo Antônio, e cujo caráter monumental o identifica como um dos principais exemplos da arquitetura colonial carioca. A concentração de edifícios religiosos que definem quase uma ilha no canto do morro gera a imagem de uma “acrópole” que dialoga com os outros pontos altos religiosos da cidade, em particular o morro de São Bento.



Figura 1 - Aquarela de P. Schmidt, 1834, o Morro de Santo Antônio e o aqueduto.

A presença do chafariz no embasamento do morro é o primeiro atributo funcional e arquitetônico que estabelece a principal articulação entre o morro e a cidade, com a criação do espaço público do Largo da Carioca. Em 1723 era inaugurado o primeiro grande chafariz da cidade, que viria a ser chamado pela população de Chafariz da Carioca (das águas do Rio Carioca). O espaço foi denominado Largo da Carioca, em lugar do antigo nome, Largo de Santo Antônio. Em 1830, o primeiro chafariz foi demolido e substituído por outro, de madeira, que não durou muito e do qual não se tem nenhuma imagem conhecida. Treze anos depois, era construído o chafariz neoclássico projetado por Grandjean de Montigny, um bloco de granito com 40 bicas. Foi demolido em 1926, quando das obras de reformulação do largo. O imaginário paisagístico destes três elementos define o diálogo morfológico com a natureza do morro.

3 - Os limites urbanos

3.1 - Rua da Carioca

Com a expansão da cidade em direção à zona norte, os terrenos alagadiços situados em volta do morro vão sendo ocupados. As necessárias conexões com o Campo de Ciganos (Praça Tiradentes) e o Campo de Santana definiram o traçado da Rua da Carioca. Em 1667, era um caminho que atravessava um areal, prolongado em 1789

pelo Conde da Cunha até a Lagoa da Sentinela. Recebeu vários nomes, entre os quais o de Rua do Egito, que se deveu a um oratório situado numa esquina, que lembrava a fuga da Família Sagrada do Egito. Mais tarde se chamou do Piolho, apelido de um morador, proprietário de quatro casinhas na rua. Em 1848 passou a se chamar Rua da Carioca, porque era o caminho para se chegar ao chafariz do mesmo nome, onde a população se abastecia de água. Essa denominação foi trocada ainda duas outras vezes, para São Francisco da Penitência e, depois, São Francisco de Assis, voltando a se chamar Rua da Carioca em 1898. Segundo o “Guia da Arquitetura Eclética do Rio de Janeiro” (Czajkowski, 2000b, p.36), o lado par foi todo demolido entre 1904 e 1905, para alargar a rua. Ela conserva edificações homogêneas e, apesar do movimento intenso nas largas calçadas, é possível percorrê-la, admirando a variedade de fachadas ornamentadas, típicas do Rio de Janeiro de ontem, ao mesmo tempo em que nos invade uma sensação de pena pelo abandono em que se encontram algumas edificações fechadas e destelhadas. (Rudofsky, 1969, p.21). O conjunto de construções da Rua da Carioca ampliou o limite do morro, gerando um sistema de ruas intermediárias como o Beco da Carioca, a Rua Silva Jardim e a Rua Luiz Gama, que estabeleceu a conexão como a Rua do Lavradio.

3.2 - Rua do Lavradio

Em 1796, tempo de Gomes Freire, os pântanos do Guarda-Mor das Minas Pedro Dias Paes Leme são aterrados e dão origem a diversas ruas (Gerson, 1965, p. 292). Entre elas, a dos Arcos, a dos Inválidos, a do Resende e a do Lavradio (Bernardes, 1959, p. 29). A importância da Rua do Lavradio, no século XVIII, devia-se ao fato de permitir a ligação entre o caminho de Mata-Cavalos e o Largo do Rocio (Praça Tiradentes). Esta rua definiu um limite preciso da borda do morro, com os sobrados e outras construções que ficaram assentadas na encosta do morro. As novas exigências sociais influíram na entrada de novos produtos no cotidiano. Ruas mais requintadas deixam de ter o uso exclusivamente residencial. Em 1844 instala-se a Pharmácia Allemã no nº 73, um armazém no nº 38, uma fábrica de tintas e a tipografia Laemmert no nº 53 em, 1848. O crescimento e a importância assumida por essa área determinaram o reconhecimento de uma nova freguesia, a de Santo Antônio, em 1854.

Em 1868 a chegada dos bondes sobre trilhos provoca grandes mudanças na dinâmica do centro. No Largo de São Francisco, vizinho à Rua do Lavradio, faziam ponto final de todas as linhas de bondes. A passagem desse meio de transporte pela rua acelerou o

processo de mudança do uso do solo. Muitos dos antigos palacetes passam a dar lugar às mais variadas atividades (Pinheiro e Rabha, 2007, p.73). Em 1906, Pereira Passos promove obras nos arredores da Rua do Lavradio. Trata-se de duas novas vias, a Avenida Mem de Sá e a Rua Gomes Freire. Ambas contribuíram para a quebra dos grandes quarteirões entre as ruas dos Inválidos e do Lavradio, uma herança do tempo das chácaras. O desmonte do Morro de Santo Antônio representaria o fim de uma vida inteira de convivência bem sucedida entre os dois elementos urbanos. Grande parte da população seria deslocada e diversas edificações na franja do morro seriam destruídas. Essa mudança na malha urbana provocou a demolição de muitas edificações na Rua do Lavradio e na Rua dos Inválidos. É quando a rua “acorda” novamente, para ver eliminada a metade de suas construções, equivalente a quase todo o lado ímpar do logradouro. Muitas ruas próximas perderam um grande volume de edificações.

3.3 – Rua Evaristo da Veiga

Mas os limites ficam difusos e imprecisos na direção leste, ao longo da Rua Francisco Belisário; e pela presença dos Arcos da Lapa e do convento dos Barbonos, logo transformado no Quartel da Brigada Policial, cujas dimensões definiram o “silêncio” da Rua Evaristo da Veiga, que conectava os Arcos com o Largo da Mãe do Bispo, mais tarde Cinelândia. Ali se formou o bairro da Lapa, com sobrados e residências que se agruparam desordenadamente ao redor do aqueduto.

3.4 – Largo da Carioca

Com a progressiva eliminação da lagoa que ocupava o espaço do Largo da Carioca, foram se assentando pequenas casas e lojas, e a sua vitalidade começou com a localização do chafariz e a construção do hospital da Ordem Terceira. A vida social popular se intensificou no século XIX e ali se localizaram diversas instituições culturais, entre as principais o Teatro Lírico e a Imprensa Nacional. No final do século, a dinâmica desta área foi incrementada pela presença da estação terminal dos bondes, localizada ao lado do chafariz, e cujo percurso ao longo do pé do morro estabeleceu um limite bem definido.

O Largo da Carioca era um vazio urbano cujo perímetro foi aumentando com o correr dos anos. Teve diversos usos e serviços públicos de destaque. Durante mais de cem anos, uma das suas funções primordiais foi o fornecimento de água potável para a cidade que crescia, através de três sucessivos chafarizes. Nesse período as águas também foram usadas para a lavagem de roupas no próprio chafariz, assim como para matar a sede cavalos,

muares, bois etc. Com o início do atendimento da população no Hospital da Venerável Ordem Terceira, passa a haver uma nova função no largo, e isso se dá até que o prédio seja demolido no início dos anos 1900, quando Pereira Passos faz obras naquele espaço, visando seu alargamento e urbanização. A edificação demolida seria substituída em 1907 por uma outra, eclética e de uso comercial, onde se instalariam o jornal "Correio da Manhã", a seguradora "Cruzeiro do Sul", consultórios médicos, etc.

Além da água, outro serviço público importante faria ponto no largo: a partir de meados do século XIX, começaram a circular os bondes pelas ruas do Rio de Janeiro, puxados por muares, sendo substituídos por bondes elétricos em 1892. Até se transformar num espaço exclusivo para pedestres, a partir de 1970, após as obras do metrô, o Largo da Carioca sempre foi um importantíssimo cruzamento de trânsito da cidade. Por ali circulavam os bondes, além de ônibus, lotações e autos particulares, cruzando em todas as direções da metrópole. Naquele período, o largo teve às suas margens diversas edificações comerciais, entre elas armazéns, restaurantes e bares, além de teatros, sedes de jornais e instituições de classe e ensino. Com a abertura da Avenida Central e suas edificações, muda o cenário ao longo do seu comprimento.

Entre ela e o Largo da Carioca, ocupando um quarteirão, a empresa Light & Power construiu o Hotel Avenida (1906), criando um intenso centro de vida social, relacionando-o com a Avenida Central (depois Rio Branco), através da Galeria Cruzeiro, onde havia um terminal das linhas dos bondes. A homogeneidade estilística do volume compacto do hotel era reforçada pela presença do prédio do jornal O Globo (1925) - identificado pela cúpula sobre a esquina cilíndrica - e do Liceu de Artes e Ofícios, que delimitavam a Rua Treze de Maio até a Avenida Almirante Barroso. Ao longo dessa sequência de fachadas havia lojas, o conhecido Café Nice, o Cine Eldorado, restaurantes, e a famosa livraria Freitas Bastos. O Largo possuía *parterres*, uma fonte "Wallace" de ferro fundido ao centro e uma arborização que protegia com sombra a circulação dos pedestres.

Os anos entre 1900 e 1940 foram o período de maior vitalidade do Largo da Carioca, com a presença do Hotel Avenida, do Liceu de Artes e Ofícios, cafés, restaurantes, livrarias e escritórios de empresas importantes. Também se intensifica sua significação como um centro de comunicações devido à movimentação dos bondes, provenientes dos diferentes bairros da cidade. O Largo tinha uma

significativa articulação com a Avenida Rio Branco e a Cinelândia, conjunto que definia a centralidade simbólica da cidade. Como, até os anos cinquenta, foram derrubados o Teatro Lírico e a Imprensa Nacional para alargar o espaço livre para a circulação de veículos e para estacionamento, ficou dramaticamente evidenciado o contraste entre a área ocupada pelos edifícios e a presença do vazio do morro de Santo Antônio.

4 - O questionamento do morro

Os governos que se sucederam ao longo do século XIX – D. João VI, Pedro I, Período Regencial, e Pedro II – não deram particular atenção aos valores simbólicos do sistema urbano da capital. Apesar dos importantes prédios públicos construídos por Pedro II e a criação da ferrovia, a precariedade sanitária, a irregularidade do assentamento habitacional, a inexistência de uma rígida normativa urbanística, a mistura social e funcional e a forte presença dos escravos, contrastavam com a beleza bucólica da paisagem natural. O Morro de Santo Antônio – ao contrário dos morros do Castelo, São Bento e Conceição –, era o único grande espaço verde livre. A concepção acadêmica da cidade regular – de herança europeia ou norte-americana – estava em contradição com os acidentes naturais que dificultavam a sua concretização. Desde a primeira metade do século XIX, os planos elaborados para ordenar a expansão urbana, começaram pela definição do arrasamento dos morros do Senado e de Santo Antônio, como aparece no Relatório de Obras de Henrique Beaurepaire-Rohan de 1843 (Andreatta, 2006, p.83). Assim, no Plano da Comissão de Melhoramentos de 1875, aparece um significativo detalhamento do traçado de ruas ortogonais que iriam ocupar este novo espaço, com uma praça de dois quarteirões na área central (Rabha, 2008, p.62). Nos anos finais do Império, se percebe a necessidade não somente de mudanças políticas e sociais, mas também de modernizar uma cidade com graves problemas funcionais e higiênicos. O italiano Giuseppe Fogliani, em 1880, antecipou a solução de Agache ao propor o traçado de uma avenida que ligasse a Rua 1º de Março ao Campo de Santana (Máximo, 1997, p.55).

A República iniciou-se em 1889 com sérias dificuldades econômicas que perduraram até o início do século XX. Por isso, somente se formalizaram propostas teóricas e fragmentadas, principalmente relacionadas com mudanças radicais no precário sistema viário. Em 1890, Joaquim Galdino Pimentel elaborou um plano de embelezamento da cidade baseado na eliminação dos morros e na criação de um traçado radiocêntrico de avenidas

diagonais e praças que lembram os de La Plata, na Argentina, e o de Belo Horizonte, de Aarão Reis. Finalmente, Sabino Pessoa concentrou-se nos terrenos que seriam liberados com o desmonte do Morro de Santo Antônio, aprontando uma estrutura viária cartesiana formada por quarteirões quadrados regulares (Andrade, 2008, p.167-181).

Entre os anos 1910 e 1930 continuam insistindo no arrasamento do morro, mas em 1922, o prefeito Carlos Sampaio, devido aos grandes investimentos realizados para assegurar o desmonte do morro do Castelo, orienta a Empresa Industrial de Santa Fé, responsável pelas obras de arrasamento, que realize obras de “embelezamento” no território do morro. Entre os anos 1922 e 1929 se desenvolveram diversos projetos urbanísticos baseados em traçados de ruas que permitissem acessar ao topo do morro desde suas bordas. Criou-se um sistema curvilíneo que acompanhava a topografia do morro, e que priorizava as conexões com o Largo da Carioca, a Rua da Carioca e a Rua Evaristo da Veiga. Como não foi prevista nenhuma mudança na ocupação das bordas pelas construções existentes, aproveitaram-se alguns espaços vazios para facilitar a presença de escadarias de pedestres para a subida ao morro. As principais estiveram localizadas ao lado do convento e no centro do Largo da Carioca, no encontro entre a Avenida Senador Dantes e a Rua Evaristo da Veiga, na Rua Francisco Belisário, e duas descidas no Beco da Carioca e na Rua Silva Jardim. Em 1929, com a elaboração do Plano Diretor de Donat Alfred Agache, que propôs a derrubada definitiva do morro, foram suspensas estas iniciativas. Definida a criação de um Centro de Negócios no espaço do morro, o urbanista parisiense organizava um sistema contínuo de quarteirões fechados com pátios internos; colocava um grupo de torres de escritórios no redor de uma grande praça no centro da futura Esplanada de Santo Antônio, e um sistema de avenidas que apagavam o traçado da maioria das existentes na área central da cidade. Não subsistia a arquitetura tradicional nem as ruas do Lavradio e da Carioca, substituídas por largas avenidas e novos prédios.

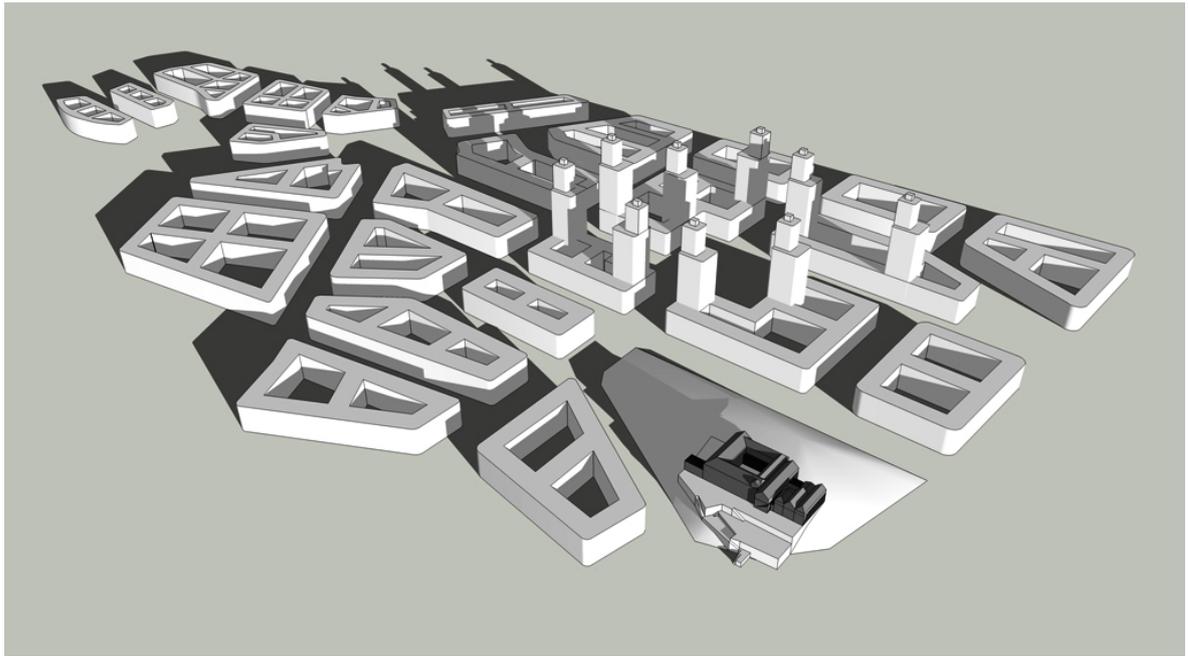


Figura 2: Plano Agache, 1930 - Modelagem 3D

Nas décadas dos anos quarenta e cinquenta, até a desapareção definitiva do morro, em 1959, se sucedem os projetos elaborados por urbanistas cariocas. Paulo de Camargo e Almeida desenvolve, em 1938, uma proposta identificada com as tipologias urbanísticas e arquitetônicas do Movimento Moderno. Em 1942, José O. Saboya Ribeiro estabelece um equilíbrio entre os modelos acadêmicos e os modernos, na organização de uma estrutura de quarteirões semcompactos; entre os anos 1948 e 1952, o arquiteto Affonso Eduardo Reidy, detalha uma solução urbana ortodoxa em termos da sua identificação com os princípios formulados por Le Corbusier; Adalberto Szilard em 1950 propõe a localização de uma alternância de prédios altos e baixos com generosos espaços verdes; e finalmente, José de Oliveira Reis, em 1956, opta por uma rígida solução de caráter especulativo, definida por um conjunto de altos blocos de escritórios, com a finalidade de obter um retorno econômico do investimento realizado pela Prefeitura nas obras do arrasamento do morro.

Na maioria dos projetos some o contexto histórico das bordas do morro, mantendo-se os Arcos da Lapa e o conjunto do Convento de Santo Antônio, com o fragmento do morro onde fica localizado, em geral isolado e definido por compactos muros de contenção. Também subsiste a pequena colina com a estação terminal dos bondes. Subsiste o Quartel da Polícia na Rua Evaristo da Veiga, mas praticamente somem os sobrados das ruas da Carioca e Lavradio, substituídos por avenidas com galerias cobertas para os pedestres, repetindo o modelo de Agache aplicado na Esplanada do Castelo. Em geral, a política urbanística consistia em apagar a memória histórica no centro da cidade e

criar a nova imagem do Rio de Janeiro, capital moderna do Brasil, substituindo também a representação da arquitetura eclética que tinha caracterizado os símbolos da burguesia ao início do século. O caráter unitário e equilibrado que tinham as edificações acadêmicas da Avenida Central se transformou no corredor de anônimos arranha-céus de concreto e vidro da Avenida Rio Branco.



Figura 3 - Imagem parcial do centro do Rio de Janeiro, vendo-se o morro antes do desmonte, na década de 1950. Ao fundo, a Baía da Guanabara.

5 - A desordem do vazio e suas bordas

Apesar das múltiplas propostas urbanísticas elaboradas para o centro do Rio de Janeiro, nenhuma foi aplicada na sua totalidade. Daí o caráter irregular, fragmentado e desordenado do principal espaço simbólico da cidade. A sua imagem é uma soma de elementos dissimiles e contraditórios que não configuram uma estrutura harmônica e coerente, como apresentam algumas grandes capitais mundiais: Buenos Aires, Nova York, Paris ou Londres. Na capital carioca, a fúria destrutiva acabou com a herança colonial, apagou a imagem coerente do ecletismo e quase elimina os escassos exemplos da primeira modernidade. Nesta colcha de retalhos, a Esplanada do Castelo constituiu um espaço com certa unidade, ao concretizarem-se alguns quarteirões baseados na normativa do Plano Agache. Mas as suas bordas ficaram diluídas no espaço aberto do Aterro de Flamengo, na desordem existente na área da Praça XV e da estação das barcas; na invasora presença da Perimetral. E, sem dúvida, a pior parte dessa história se desenvolveu na Esplanada de Santo Antônio.

Um dos principais objetivos que persistiram em todos os projetos elaborados para a Esplanada, foi à criação de um sistema viário que permitisse as comunicações entre a zona sul e o porto, e o centro e a zona norte. Finalmente, se concretizaram as avenidas perpendiculares, estabelecidas na proposta de Affonso E. Reidy: em 1959, Juscelino Kubitschek, inaugura a Avenida República de Chile, que posteriormente foi seguida pelo viaduto da Avenida da República do Paraguai. Elas estabeleceriam a continuidade entre a Avenida Beira Mar e a conexão com a Avenida Rodrigues Alves; e a integração entre a Avenida Almirante Barroso e a Avenida Henrique Valadares, em direção à Praça da Cruz Vermelha. Mas as duas novas avenidas ficaram somente limitadas ao espaço da Esplanada. Ou seja, a Avenida República do Paraguai acabou abruptamente na Rua da Carioca e a República de Chile se detém na Rua do Lavradio. A Esplanada ficou dividida em quatro fragmentos quase isolados entre si.

Assim, foram totalmente desarticuladas as bordas do morro. A progressiva desintegração do Largo da Carioca culminou com a eliminação de todos os edifícios ecléticos do início do século, substituídos pelos edifícios da Avenida Central (1957) e da Caixa Econômica Federal (1965), dando as costas para o Largo. E a sua transformação em um espaço de circulação de pedestres aconteceu nos anos setenta, com as obras da importante estação do Metrô. O conjunto do Convento e a Igreja ficaram isolados na altura do embasamento, apesar do intento de criar uma articulação com a encosta do morro através dos jardins de Burle Marx, para absorver a presença da torre do BNDES. A Rua da Carioca manteve a sua intensa personalidade, definida pelos sobrados e o comércio popular, mas modificou o relacionamento com a Esplanada, já que a finalização da Avenida Chile significou a eliminação das construções tradicionais ao longo das ruas Beco da Carioca e Luiz Gama. O espaço livre ficou caracterizado por uma área ocupada irregularmente por edifícios anônimos - o centro de comunicações da Telemar -, e pela surpreendente igreja gótica da Catedral Presbiteriana, que estabeleceu o vértice de um triângulo religioso com o Convento e a Loja Maçônica. Assim, os novos edifícios construídos na Esplanada ao longo da Avenida República de Chile deram as costas para este espaço, negando o relacionamento com a cidade existente.

A Rua do Lavradio perdeu a maioria dos sobrados localizados na encosta do morro. Sobrou o edifício da Grande Loja Maçônica, e alguns edifícios próximos da Avenida Mem de Sá. Foi construído um CIEP nos anos oitenta, e nunca se preencheram uma série de espaços livres hoje utilizados como estacionamento, que descaracterizaram a unidade histórica da rua. A total desintegração das bordas da Esplanada se dá no conjunto dos vazios

que se desenvolvem nos terrenos da parte posterior da Catedral, até a Rua dos Arcos e a Praça Cardeal Câmara. Não foi possível construir uma espacialidade urbana permanente com a localização da Fundação Progresso e o Circo Voador, mas que, com a intensa atividade cultural destas instituições, conseguiram preencher temporalmente os vazios existentes com a intensa presença noturna da juventude carioca. A desordem é fechada pela muralha silenciosa do Quartel da Polícia na Rua Evaristo da Veiga, cuja demolição no ano 2012 foi conjecturada para facilitar novas iniciativas da especulação imobiliária naquele espaço.



Figura 4 - Modelagem 3D da área de estudo, vendo-se o Convento, os edifícios comerciais, a Catedral e os Arcos da Lapa.

Em conclusão, a irregularidade existente nas bordas do morro se reverteu no interior da Esplanada, que foi ocupada fragmentadamente ao longo da segunda metade do século XX. Nos anos sessenta, o governador do Estado de Guanabara, Carlos Lacerda, orientou que a Esplanada se transformasse em um espaço sacro, com a localização da Catedral Metropolitana, monumento valorizado pela presença de uma extensa área verde. Mas a ditadura militar começou a instalar os edifícios profanos, que foram comprimindo o espaço sacro da Catedral: a sede da Petrobrás (1968), o Banco Nacional da Habitação (BNH, 1968) e do BNDES (1974). Com o retorno da democracia a partir dos anos oitenta, uma equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Rio de Janeiro – Flávio Ferreira, Sérgio Magalhães e Claudio Taulois –; e algumas instituições universitárias elaboraram projetos para tentar preencher os grandes vazios e compactá-los com novas edificações de usos múltiplos (Sansão, 2004); procurando um relacionamento com a cidade existente através das costuras nas bordas da Esplanada, mas nada foi efetivado. Manteve-se a política de localizar torres autônomas, como a Metropolitan de Paulo Casé (1995), e as torres de escritórios gêmeas *Ventura Towers* (2007). Triste destino para um dos espaços mais importantes da centralidade carioca, cujo processo de transformação produziu o maior número de projetos urbanísticos elaborados na cidade, e nunca concretizados, ao longo do

século XX. Decisões políticas erradas, incompreensão do valor programático dos planos urbanos, falta de sensibilidade estética em relação ao desenho da cidade, conformam este passado transgredido de modo violento e irracional que marca e assombra nosso incerto presente.

6 - Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Carlos F., O morro de Santo Antônio: de vértice a vórtice. In VAZ, L. F., ANDRADE L. da S., GUERRA, M. W. (Orgs.). **Os espaços públicos nas políticas urbanas. Estudos sobre o Rio de Janeiro e Berlim.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 167-181.
- ANDREATTA, Verena. **Cidades Quadradas, Paraísos Circulares. Os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, 83 p.
- BARDY, Cláudio. (a) O século XVII. p. 65-79. In **Rio de Janeiro em seus Quatrocentos anos - formação e desenvolvimento da cidade.** Record, Rio de Janeiro, 1965. 460 p.
- .(b) O século XVIII. p. 80-101. In **Rio de Janeiro em seus Quatrocentos anos - formação e desenvolvimento da cidade.** Rio de Janeiro, 1965. 460 p.
- BARREIROS, E. C. **Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro - 1565 - 1965.** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1965. 28 p.
- BERGER, Paulo. **Dicionário Histórico das Ruas do Rio de Janeiro - I e II Regiões Administrativas (Centro).** Gráfica Olímpica Editora Ltda. Rio de Janeiro, 1974. 145 p.
- BERNARDES, L. M. C. **Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX.** In Boletim Carioca de Geografia. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Rio de Janeiro, 1959. p. 17-39.
- BERNARDES, L. M. C. Formação e desenvolvimento da cidade. p. 13-28. In NASCIMENTO SILVA, Fernando (org.). **Rio de Janeiro em seus Quatrocentos anos. Formação e desenvolvimento da cidade.** Record. Rio de Janeiro, 1965. 460 p.
- .(b). Importância da posição como fator de desenvolvimento do Rio de Janeiro. p. 21-35. In **Rio de Janeiro cidade e região.** Biblioteca Carioca. Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Rio de Janeiro, 1987. 159 p.
- . Função defensiva do Rio de Janeiro e seu sítio original. p. 15-20. In **Rio de Janeiro cidade e região.** Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Rio de Janeiro, 1987. 159 p.

- CAVALCANTI, João Cruvelo. **Nova Numeração dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro**. Coleção Memória do Rio 6 -II. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, s/d. 1245 p.
- CZAJKOWSKI, Jorge. **Guia da Arquitetura Eclética do Rio de Janeiro**. Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, PCRJ. 2000, 216 p.
- FAZENDA, J.V. Rua do Piolho. p. 504-508. In **Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro**. v. IV. DHE/IHGB, 2011.
- FAZENDA, J.V. O Morro de Santo Antônio. A quem pertence?, p. 346. In **Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro**. v. V. DHE/IHGB, 2011.
- FRIDMAN, Fania. **Paisagem Estrangeira: Memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro**. Editora Casa da Palavra. Rio de Janeiro, 2007. 142 p.
- GERSON, Brasil. **História das Ruas do Rio**. Brasileira. Coleção Vieira Fazenda v. IX.
- MÁXIMO, João. **Cinelândia. Breve história de um sonho**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997, 55 p.
- PINHEIRO, A. I. de F. A celebração da Cultura. p. 108-158 . In PINHEIRO, E. C. de F. & PINHEIRO, A. I. de F. **Rua do Lavradio**. Andrea Jakobsson, Rio de Janeiro, 2007. 240 p.
- RAHBA, N. M. de C. E. **Planos Urbanos. Rio de Janeiro. O Século XIX**. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Secretaria Municipal de Urbanismo. Rio de Janeiro, 2008, p. 62.
- RABHA, N. M de C. E; PINHEIRO, E. C. de F. "A Lavradio em Seis Tempos". p. 36-108. In PINHEIRO, E. C. de F. & PINHEIRO, A. I. de F. **Rua do Lavradio**. Andrea Jakobsson. Rio de Janeiro, 2007.
- RUDOLFSKY, B. **Streets for people - a primer for Americans**. Doubleday & Co., Inc. Nova York, 1969.
- SANSÃO, Adriana F. **A nova forma da Esplanada de Santo Antônio. O Projeto Urbano na área central do Rio de Janeiro no século XXI**. Dissertação de Mestrado, PROURB/FAU/UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.